



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE
DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL – “REGULAMENTO
GERAL DOS ESPECTÁCULOS TAUROMÁQUICOS DE
NATUREZA ARTÍSTICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES”.**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	0184 Proc. Nº 102
Data:	10 / 01 / 18 Nº 30 / 2009

HORTA, 18 DE JANEIRO DE 2010



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 13 e 14 de Janeiro de 2010, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamento geral soa espectáculos tauromáquicos de natureza artística da Região Autónoma dos Açores”.

Reunida novamente, a 18 do mesmo mês, na sede da Assembleia, na cidade da Horta, a Comissão procedeu à aprovação do respectivo relatório.

A referida Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 23 de Novembro de 2009 e foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia datado do mesmo dia, para apreciação e emissão de parecer, até ao dia 14 de Janeiro de 2010.

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentada pelo Governo Regional nos termos da alínea f) do artigo



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro e da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, que lhe confere o poder genérico de iniciativa legislativa perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa legislativa em análise foi enviada à Comissão Permanente de Assuntos Sociais para apreciação e emissão de parecer ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro.

A apreciação e emissão de parecer à presente Proposta por parte da Comissão de Assuntos Sociais exercem-se em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e na alínea a) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a “cultura” são competência da Comissão de Assuntos Sociais.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO III
PROCESSO DE ANÁLISE

A Comissão deliberou ouvir em audição o membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura, assim como solicitar o parecer das seguintes entidades:

↳ Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense;

↳ Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande;

↳ Tertúlia Tauromáquica Praiense;

↳ Tertúlia Tauromáquica Jorgense;

↳ Tertúlia Tauromáquica Terceirense e

↳ Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

A Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, nos dias 13 e 14 de Janeiro, para proceder às audições.

Na mesma reunião procedeu igualmente à apreciação da iniciativa e à emissão de parecer.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

A aprovação do relatório e parecer da Comissão teve lugar na reunião efectuada de 18 de Janeiro, na sede da Assembleia, na cidade da Horta.

**Audição do membro do Governo Regional com competência em
matéria de Cultura:**

O Governo fez-se representar pela Secretária Regional da Educação e Formação que se fez acompanhar do Director Regional da Cultura. A Secretária Regional procedeu a uma breve apresentação da iniciativa do Governo, tendo posteriormente incumbido o Director Regional de proceder à apresentação da Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação na especialidade.

A Secretária Regional salientou a importância desta iniciativa legislativa do Governo Regional por se tratar da primeira vez que a Região estabelece um regulamento próprio para a actividade tauromáquica de natureza artística desenvolvida na Região. Por esta via pretende o Governo Regional clarificar as regras e procedimentos subjacentes a uma actividade tradicional nos Açores. Trata-se de um documento extenso, complexo e abrangente que estabelece o regulamento de uma actividade artística com forte expressão na Região e que tem também contribuído para projectar os Açores além fronteiras.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

O Director Regional da Cultura reafirmou a importância da iniciativa em apreciação por se tratar do primeiro regulamento regional dos espectáculos tauromáquicos regionais, que, em seu entender, vem dignificar uma prática cultural regional.

No âmbito da sua intervenção, o Director Regional salientou aquilo que considerou serem os cinco aspectos essenciais que fundamentam e caracterizam a iniciativa, designadamente:

- Criam-se condições próprias na Região Autónoma dos Açores que qualificam e dignificam o espectáculo tauromáquico, até agora regulado por legislação nacional;
- Pela primeira vez, no exercício de competências Estatutariamente reconhecidas, estabelece-se na Região regulamentação própria que rege este tipo de espectáculos de forma ajustada e adequada às especificidades das nossas ilhas;
- Estabelece-se a idade e o peso das reses a lidar, prevendo um regime de excepção, para que as ganadarias se possam adaptar às exigências técnicas definidas;
- Transfere-se para o licenciamento municipal alguns espectáculos taurinos, em cujos casos as reses podem estar inscritas numa Associação Nacional e numa Associação



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Regional, permitindo uma maior participação dos Ganadeiros regionais;

- É criada uma Comissão Tauromáquica, para o acompanhamento e dignificação tauromáquica, tornando mais eficaz a aplicação do regulamento. Acautela-se que, enquanto não existir um corpo de delegados técnicos tauromáquicos, os actuais directores de corrida continuarão em funções.

Finda a apresentação do diploma seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Paulo Rosa, António Ventura, Berto Messias, Zuraída Soares e Nélia Amaral.

O Deputado Paulo Rosa colocou um conjunto de questões resultantes do cruzamento do articulado da presente iniciativa legislativa com o disposto no regulamento nacional, a saber:

- Porquê a escolha deste momento para a apresentação deste regulamento, especialmente tendo em conta que o regulamento nacional tem funcionado bem e que está actualmente em apreciação, prevendo-se que seja alterado em breve. Porque não se aguarda as alterações que se prevêem a nível nacional para depois, com base nessas alterações se estabelecer um regulamento regional?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- Qual a fundamentação para a diminuição do peso de toiros, em relação ao que estava em vigor? Qual é a vantagem dessa alteração de peso?
- Constata que as coimas a aplicar, quando o peso mínimo do toiro não é respeitado, baixam em relação ao diploma actualmente em vigor e questiona se as coimas propostas serão dissuasoras?
- Qual a vantagem de possibilitar que os delegados de toirada à corda possam dirigir touradas de praça, em particular por considerar que uma corrida em praça representa um grau de exigência mais elevado?
- Qual a participação das tertúlias na elaboração deste diploma?
- Qual a razão de ser das referências a “picadores” e “matadores de toiros”, uma vez que a proposta para que ocorram touradas picadas foi recusada pela Assembleia Legislativa Regional?
- Questiona se as exigências feitas aos ganadeiros, nomeadamente a de um veterinário, não serão de difícil concretização?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Em resposta às questões colocadas o Director Regional da Cultura afirmou que o timing para apresentação desta iniciativa se enquadra no calendário do Governo. Acrescentou que o regulamento tauromáquico tem sido revisto em ciclos de 20 anos, pelo que é previsível que seja novamente revisto. No entanto, essa dinâmica do diploma nacional não invalida a iniciativa legislativa do Governo, porquanto não se pretende uma cópia do regulamento nacional, mas sim criar um regulamento regional adaptado à nossa realidade, sem prejuízo da manutenção de um conjunto de parâmetros semelhantes.

Informou também que não se pretende uma menor dignificação, mas antes permitir que este espectáculo possa ocorrer em diferentes ilhas, sendo que a definição de um peso superior limitaria a lide.

O Director Regional informou que o artigo 64.º possibilita que o delegado de toirada possa dirigir espectáculos sujeitos a licenciamento municipal e informou que a Tertúlia Tauromáquica Terceirense foi consultada aquando da elaboração do diploma, tendo fornecido ao Governo um parecer escrito, datado de Agosto 2009.

A finalizar afirmou que nada nesta iniciativa legislativa se reporta à sorte de varas, acrescentando que a referência a picadores e matadores de toiros se referem exclusivamente à qualificação dos



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

profissionais e não à prática da sorte de varas ou de touradas de morte, sendo que a presença de um profissional com uma dessas carteiras num espectáculo, não implica que o espectáculo, em si revista essa natureza.

Informou ainda que a exigência da presença de um veterinário é colocada ao recinto, às praças de touros, e não aos ganadeiros, exigência essa que considerou fundamental, tendo em conta a natureza do espectáculo.

O Deputado António Ventura comentou o requisito de presença de veterinário na praça de touros acrescentando que o PSD irá apresentar uma proposta de alteração sobre este assunto por considerar que o veterinário tem de ter uma formação específica para ser delegado técnico tauromáquico.

Considerou existirem outras questões de pormenor que têm de ser alteradas.

Pronunciou-se também sobre a oportunidade da presente iniciativa. A este propósito afirmou que, sabendo que surgirão alterações em breve ao regulamento nacional, e que a região terá de novo que alterar o seu diploma, pelo que considera que seria preferível aguardar pelas alterações ao regulamento nacional para depois se proceder à aprovação do regulamento regional.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A finalizar considerou que a iniciativa em apreciação afecta a especificidade do espectáculo na Região, assim como o espírito da festa, criando constrangimentos aos ganadeiros. Questionou também a ausência de enquadramento das "tentas picadas" que ocorrem nas ganadarias da Região e que não são referidas neste diploma.

O Director Regional reassumiu o anteriormente dito quanto à oportunidade da iniciativa, informou que, de acordo com o artigo 66.º os divertimentos públicos que dependem de licenciamento municipal não estão abrangidas pelo disposto na Proposta de Decreto Legislativo Regional e acrescentou que as "tentas picadas" não são consideradas nesta proposta como espectáculo tauromáquico de natureza artística, nem de espectáculo com natureza de divertimento.

O Deputado Berto Messias teceu alguns comentários sobre a oportunidade da iniciativa em apreciação, em particular sobre as reservas colocadas por alguns Deputados, informando que este regulamento só é possível depois da aprovação do Estatuto Político Administrativo que permite aos órgãos de governo próprio da Região legislar sobre espectáculos tauromáquicos. Acrescentou que até agora foi cumprido um regulamento nacional, que data de 1991 e que, mesmo considerando o facto de o regulamento nacional estar em revisão, nada impede que se legisle a nível regional.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Considerou ainda ser possível melhorar o documento, em termos de precisões técnicas assim como de denominações que são dadas aos agentes da festa brava.

Destacou três aspectos da proposta de diploma que julga positivos, designadamente:

- A classificação das praças, que introduz factores de justiça;
- O peso e a idade das reses uma vez que considera que obrigatoriedade dos 4 anos vai introduzir maior qualidade, mesmo que exigindo mais dos artistas, sendo que o período de transição permitirá um tempo razoável de adaptação a essa exigência;
- A criação da Comissão de Tauromaquia que reúna todos os agentes e seja um órgão consultivo para o governo, sobre o espectáculo, o bem-estar animal, a dignidade dos artistas, dedicando uma atenção permanente à Tauromaquia.

A finalizar questionou o Director Regional sobre a inscrição no livro genealógico, no sentido de clarificar se o referido livro já existe ou se será criado por portaria da Secretaria Regional da Agricultura.

O Director Regional manifestou o seu acordo com as considerações tecidas pelo Deputado Berto Messias, em particular sobre a



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

expectativa de que este regulamento irá dignificar o espectáculo, enquanto expressão cultural da Região.

No que concerne os instrumentos de registo dos animais, o Director Regional informou que actualmente existe o Livro zootécnico e que o livro genealógico está previsto na necessidade de regulamentação que irá suceder à aprovação deste DLR.

A Deputada Zuraída Soares felicitou a iniciativa do Governo e a oportunidade aberta pelo novo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Na sequência da intervenção do Deputado António Ventura manifestou a sua preocupação quanto à prática de “tentas picadas” afirmando que uma ilegalidade cometida em privado, não deixa de o ser. Assim questionou qual o significado da sua não inclusão no âmbito desta iniciativa do Governo, designadamente se vão continuar a existir, desde que delas não se dê publicidade?

O Director Regional afirmou que a iniciativa do Governo pretende definir o regulamento dos espectáculos previstos na lei. Não se pretende, nem se poderia regulamentar o que a própria lei não permite, pelo que as tentas picadas, não cabem no contexto deste regulamento.

O Deputado António Ventura retomou este assunto afirmando que a questão da picada em ganadaria como forma de selecção, é



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

diferente da que se faz em praça. Trata-se uma prática que existe e ocorre na ilha e é mais antiga do que a que se faz em praça. Em sua opinião, se estamos a incluir especificidades regionais, devíamos também contemplar a “tenta picada”.

A Presidente da Comissão interveio no sentido de clarificar que o título da proposta de diploma, assim como o artigo 1.º do regulamento definem e delimitam claramente o seu âmbito aos espectáculos tauromáquicos de natureza artística pelo que as “tentas”, se encontram claramente fora do âmbito da iniciativa em apreciação, e assim igualmente fora do âmbito desta apreciação em sede de Comissão.

O Deputado António Ventura colocou uma última questão que pretende clarificar o procedimento previsto para a pesagem dos animais. Quis saber se, quando se determina que devem estar presentes o veterinário e o Director da Corrida, se exclui ou se permite a possibilidade de presença de outros elementos, não expressamente designados.

Em resposta, o Director Regional afirmou que o diploma pretende garantir que estes dois responsáveis estejam presentes nesse momento.

Não havendo mais inscrições foi encerrada a apreciação.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO IV
APRECIACÃO NA GENERALIDADE

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação pretende fazer aprovar o Regulamento Geral dos Espectáculos Tauromáquicos de Natureza Artística da Região Autónoma dos Açores.

O licenciamento e realização de espectáculos tauromáquicos de natureza artística nos Açores, rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 306/91, de 17 de Agosto, e no Decreto Regulamentar n.º 62/91, de 29 de Novembro, diploma que aprova o Regulamento do Espectáculo Tauromáquico sendo que a presente iniciativa legislativa consubstancia uma adaptação deste à realidade regional, tendo em conta as suas especificidades.

A revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, operada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, veio atribuir à Assembleia Legislativa novas matérias de competência legislativa própria, nomeadamente, o n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 63.º, que estabelecem que lhe compete legislar em matérias de cultura, contemplando os espectáculos e os divertimentos públicos na Região, incluindo touradas e tradições tauromáquicas nas suas diversas manifestações.

Assim, e atendendo a que a tauromaquia açoriana apresenta aspectos específicos, que necessitam de especial tratamento



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Horta, 18 de Janeiro de 2010.

A Relatora

(Maria Piedade Lalanda)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Nélia Amaral)



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

legislativo, em parte já contemplados no regulamento das touradas à corda aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, propõe-se a aprovação de um Regulamento do Espectáculo Tauromáquico de natureza artística adaptado às especiais condições existentes nos Açores, enquadrando as formas tradicionais deste espectáculo e as aspirações do público.

O presente Projecto de Decreto Legislativo Regional cumpre todos os requisitos regimentais, designadamente os previstos nos artigos 114.º e seguintes do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro).

CAPÍTULO V
PARECER

A Comissão deliberou por maioria, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamento geral dos espectáculos tauromáquicos de natureza artística da Região Autónoma dos Açores” pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e com a abstenção dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP.